

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Legislativos

SUMÁRIO	Projeto de Lei nº 081/2011	2
	Projeto de Decreto Legislativo nº 028/2011	2
	Projeto de Resolução nº 030/2011	2
	Ata da 2048ª Sessão Ordinária na Íntegra	3

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETODELEI
**GABINETE DA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS
 PROJETO DE LEI N.º 081/11 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011**
Institui o Dia do Radialista no âmbito estadual.

O Governador do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou, e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário das efemérides municipais, o Dia do Radialista no Estado de Roraima, a ser comemorado no dia 21 de setembro, acompanhando a data nacional, instituída em 1943, quando foi fixado os níveis mínimos de salário dos trabalhadores em empresas de radiodifusão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões, 30 de setembro de 2011.

Aurelina Medeiros
 Dep. Estadual – PSDB

Justificativa: - O Dia do Radialista passou a ser comemorado desde 1945, quando um decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Para os Sindicatos dos Radialistas Profissionais do Brasil, o dia 21 de setembro é especial. É nessa data, por sua relevância histórica para a categoria, que esses profissionais comemoram o Dia do Radialista. É momento de festejar os avanços e as conquistas e também de pensar sobre o futuro da luta desses trabalhadores que desempenham papel fundamental na sociedade moderna. A história do Dia do Radialista teve início em 1943, no Governo Getúlio Vargas. O então Presidente sancionou uma Lei com a qual fixava um piso salarial, ou remuneração mínima para os profissionais da categoria. “Consta que numa reunião realizada na Rádio Nacional teria sido decidida a escolha da data do referido decreto Lei, 21 de setembro, como referência para se comemorar o Dia do Radialista. Outras datas foram pensadas para homenagear o rádio e os radialistas, mas não têm, para os profissionais do rádio, o mesmo peso histórico do 21 de setembro. A confusão de datas teve início quando o 25 de novembro foi instituído o Dia do Rádio, pelo Marechal Castelo Branco. Essa é a data de aniversário de Roquette Pinto, considerado o pai da radiodifusão Brasileira. Recentemente, mais uma data surgiu, com a Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, que institui o dia 7 de novembro como Dia do Radialista. Proposta pelo deputado federal Sandes Junior (PP/GO), a Lei remete à data natalícia do compositor Ary Barroso, autor de Aquarela do

Brasil. Mas, como costumes não se criam por decreto, os profissionais continuam recebendo e enviando cumprimentos na data original da qual os radialistas estão acostumados, como pudemos ouvir no dia 21 de setembro em praticamente todos os programas de rádios. A importância da Radiodifusão é indiscutível. O profissional de Rádio que leva a sério a sua profissão, que acredita nela e a ela se dedica, que se utiliza desta condição para prestar serviços à coletividade, faz jus a essas comemorações. Os locutores, os repórteres, os noticiaristas, comentaristas e apresentadores, desempenham papel importante na Radiodifusão. Mas, não são somente estes que estamos acostumados a ouvir. Há um grande número de profissionais cujos nomes nem conhecemos, cuja voz nunca escutamos mas que estão diuturnamente, domingos e feriados, chova que faça sol, trabalhando para que possa acontecer as transmissões. Vão desde proprietários e diretores das empresas, os técnicos, os operadores, o pessoal da área artística, os redatores e produtores, os integrantes do setor comercial e da administração. Assim, no dia 21 de setembro saudemos os radialistas, pois o profissional de Rádio presta um grande serviço à Nação e, conseqüentemente, ao Estado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
**GABINETE DA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 028/11**
Declara de Utilidade Pública a Associação América Champion, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050 de 12.11.93, e sua alteração, a Associação América Champion, CNPJ 08.191.695/0001-48, fundada em 17 de julho de 2006 e sediada a Rua Hilda Sobral Guedes, nº 264, Bairro União – Boa Vista-RR, nesta Capital.

Parágrafo Único. À entidade a que se refere o caput deste artigo são assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
 Sala das Sessões, 06 de outubro de 2011.

Aurelina Medeiros
 Deputada Estadual

Justificativa:- A Associação América Champion foi fundada no dia 17 de julho de 2006 no Bairro São Francisco e hoje é sediada a Rua Hilda Sobral Guedes, nº 264, Bairro União – nesta Capital. É de natureza civil de direito privado, sem fins lucrativos, e tem por finalidade principal a prática desportiva de modalidade boxe, tanto no campo profissional (sem fins lucrativos) como amador, proporcionando a toda e qualquer pessoa, sem distinção de classe social, estado físico, moral ou religioso, de forma gratuita. No cumprimento de sua finalidade, a Associação América Champion desenvolve, pratica, executa, dirige, difunde e orienta a prática da modalidade de boxe em todo o Estado de Roraima, atendendo as normas e orientações nacionais e internacionais. Esta Associação defende o patriotismo e a educação moral e cívica entre os seus praticantes; incentiva as relações amistosas e desportivas entre os seus filiados e atletas, coibindo quaisquer desvios de suas finalidades. Defende permanentemente o sistema democrático brasileiro, a solidariedade e o voluntariado. Organiza, executa e promove campeonatos, torneios e competições ligados a modalidade de boxe. A América Champion desenvolve projetos com crianças e adolescentes em todo o Estado de Roraima, procurando cumprir seu papel social como parte da sociedade civil organizada. Outro fator importante é que esta Associação vem se destacando na formação de atletas da modalidade de boxe e na formação de caráter.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/11
Suprime a alínea “e” do art. 248 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima resolve:
Art. 1º - Fica suprimido a alínea “e” do art. 248 do Regimento

Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2011.
BRITO BEZERRA
 Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O art. 247 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que trata do regime de urgência na tramitação de proposições nesta Casa, aduz em seu § 2º que a urgência poderá ser requerida quando tratar-se de matéria que envolva a defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais, tratar-se de providência para atender a calamidade pública, visar à prorrogação de prazos legais a se findarem, ou à adoção ou alteração de lei para aplicar-se em época certa e próxima e ainda, pretender-se a apreciação da matéria na mesma sessão.

Diante disso, entende-se que de forma brilhante, o presente artigo reconhece as situações em que há necessidade de que certas proposições tramitem em regime de urgência.

No que tange as hipóteses previstas no art. 248 também do Regimento Interno, o referido artigo dispõe que podem ser urgentes nos casos especificados nas alíneas contidas nele, sendo que especificamente na alínea "e", é dado ao Poder Executivo ampla liberdade para que em projetos de sua iniciativa, seja solicitado o regime de urgência, não estabelecendo qualquer parâmetro para esta ser reconhecida, devendo, portanto, ser suprimido para que o Poder Executivo siga as hipóteses elencadas no art. 247.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2048ª SESSÃO, EM 13 DE SETEMBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia treze de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Em discussão a Ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de autoria da Deputada **Ângela Águida Portella**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a disponibilidade de transporte escolar da vila do Apiaú para a Capital, para atender alunos dos cursos superiores, residentes naquela localidade e na sede do Município de Mucajaí, que estudam em Boa Vista.

Indicação s/nº, de autoria da Deputada **Ângela Águida Portella**, do Governador do Estado de Roraima, solicitando a criação de programa de Formação da Consciência Ecológica e Ambiental no âmbito do sistema de ensino Estadual.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Francisco Assis da Silveira**, ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a recuperação da estrada da Vicinal Paraense, na Colônia Vila Piedade, Alto Alegre, bem como a colocação de bueiros de 1:00 m de diâmetro, em dois pontos onde a força da água era mais intensa e arrancou os

bueiros que haviam ali, que eram de pequeno diâmetro.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente em exercício (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia!

Dentro de alguns dias iremos discutir a situação da segurança no trânsito em Roraima, um problema que vem afetando todos nós e que impacta diversos setores prioritários de atendimento aos cidadãos.

Apesar da enxurrada de notícias sobre os frequentes acidentes de trânsito, um estudo do DETRAN mostra que, após o início da operação Salvando Vidas, o número de acidentes reduziu em 70%.

Além disso, segundo dados do Hospital Geral de Roraima, o número de vítimas caiu consideravelmente e a gravidade dos ferimentos reduziu em cerca de 50% o que, conseqüentemente, ocasiona na utilização de menos leitos por acidentados no trânsito e um tempo menor de internação do paciente.

Esses resultados não seriam possíveis caso as forças de segurança não tivessem realizado um trabalho intenso de repressão aos condutores, com a realização de blitz e abordagens, além de ações educativas para conscientização dos condutores roraimenses.

Entretanto, quando um setor apresenta qualquer tipo de deficiência, outros segmentos são afetados, e fatos que a princípio são tratados de forma isolada, se encadeiam e tem efeito dominó.

A falta de segurança no trânsito tem impactado o sistema de saúde pública, a previdência social e, conseqüentemente, as famílias, muitas vezes no que tange o próprio sustento dessas.

Apesar de todo esse esforço, um mapeamento das mortes por acidentes de trânsito no Brasil mostra que capitais de menor porte populacional são as que possuem as maiores taxas. Boa Vista vem em primeiro lugar (34,2), seguida por Palmas (31,4) e Campo Grande (MS) (29,6). Capitais de Estados mais desenvolvidos apresentam taxas mais reduzidas, como São Paulo (14,6), Porto Alegre (13,3) e Rio de Janeiro (14,4).

Segundo dados da Organização Mundial, o Brasil detém a quinta colocação em números de acidentes de trânsito, ficando atrás somente da Índia, China, Estados Unidos e Rússia.

Em outra avaliação realizada pelo Ministério da Saúde, em 2010, cerca de 145,9 mil pessoas foram internadas no Brasil vítimas de acidentes de trânsito. Essas pessoas tiveram seus tratamentos na maior parte custeados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e custaram aos cofres públicos brasileiros algo em torno de 187 milhões de reais.

Desse total de acidentados 78,3% eram homens e a maioria internada nesse período tinha entre 15 e 59 anos. Ainda segundo projeções da OMS, se nada for feito, as mortes no trânsito chegarão a 1,9 milhões em 2030, saltando de nona maior causa para quinta maior causa de mortes em todo planeta até 2030.

Tais projeções são extremamente preocupantes, mas nós podemos mudar esses números, trabalhando agora na criação de mecanismos que assegurem a tranquilidade de todos nós.

Precisamos avançar na capacitação das pessoas oferecendo cursos de habilitação para população de baixa renda e democratizando acesso à informação.

Com base nesse contexto, protocolei no dia 02 de junho, um projeto autorizativo para a criação da Escola Pública de Trânsito e tenho em mãos um abaixo assinado com quatro mil assinaturas que endossam a opinião da população a respeito desse projeto.

Se aprovada, a Escola Pública de Trânsito irá atuar diretamente na formação de instrutores de trânsito que irão trabalhar junto aos Centros de Formação de Condutores na fiscalização de aulas práticas e teóricas, na criação de curso de reciclagem, de aperfeiçoamento, de especialização de profissionais, que irão atuar nos segmentos de todos os níveis e de cursos específicos para condutores em acidentes graves. Além disso, proponho no projeto o programa Habilitação cidadã para beneficiar as pessoas de baixa renda que não têm condições de arcar com as despesas do processo para tirar a primeira habilitação.

Proponho, assim, que os Centros de Formação de Condutores destinem mensalmente três vagas gratuitas para pessoas de baixa renda e, em contrapartida, esses receberão um certificado de responsabilidade social emitido pelo DETRAN, além de um selo de qualidade que será dividido entre os selos ouro aos Centros que possuírem 90% ou mais de instrutores formados pela Escola Pública de Trânsito de Roraima, e selo, prata, àqueles Centros que possuírem pelo menos 70% de instrutores formados pela Escola de Trânsito.

Então, meus colegas, esse é um assunto da mais alta importância. Em duas semanas nós debateremos esse assunto aqui no Plenário com o Simpósio do Trânsito, promovido por essa Assembleia e, quero aqui, Presidente Chicão, entregar em suas mãos esse abaixo-assinado com quatro mil assinaturas da nossa população pedindo o apoio de cada um de vocês da Casa para que a Escola Pública de Trânsito no nosso Estado possa se tornar uma realidade.

Era isso que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. Agradeço a atenção de todos e antes de encerrar passo a palavra ao Deputado Coronel Chagas.

Aparte concedido ao Senhor deputado **Coronel Chagas** – Deputado Rodrigo, apenas para me somar ao seu pronunciamento, acho esta uma iniciativa louvável. Temos milhares de pessoas nesse Estado que não têm condições de obter sua carteira de habilitação devidos os altos custos.

Trabalhei no DETRAN, tínhamos também em 2005 um projeto com esse objetivo, infelizmente não conseguimos fazer chegar a esta Casa. Todos sabem da nossa atuação na área de segurança e, com certeza, sendo implantada uma escola nos moldes proposto por Vossa Excelência, quem vai ganhar com isso é a sociedade roraimense. Tenho certeza que o governo do Estado vai ser sensível a sua proposição e vai fazer com que esse Projeto de Lei seja aprovado por unanimidade nesta Casa e, com isso vamos dar mais um passo no caminho de ações e de políticas públicas que visem melhorar o nosso trânsito em Roraima e levar mais segurança, mais tranquilidade à família roraimense. Parabéns Deputado.

O Senhor de Deputado **Ionilson Sampaio**- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas aqui presentes. Em dez ou quinze dias nós estaremos debatendo aqui, a questão do trânsito no nosso Estado. É uma iniciativa importante da Assembleia Legislativa como também é importante a criação da Escola Pública de Trânsito proposta pelo Deputado Rodrigo. Mas, há quatro meses, durante três dias debatemos nesta Casa a situação da saúde, inclusive, com uma participação popular muito grande. Todos os órgãos envolvidos, Secretarias Municipais de Saúde, Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, enfim, todos os agentes envolvidos com a questão da saúde estavam participando daquele Simpósio, e me parece que tudo ficou no papel. Nada avançou em relação ao que foi discutido, ao que foi proposto no Simpósio, Deputado **Jalser**. Desse encontro saiu a Carta da Saúde de Roraima, com uma série de sugestões ao Governo de Roraima com uma série de questionamentos com relação ao pacto que o Estado e os Municípios deveriam fazer, foi dado toda uma radiografia do nosso sistema de saúde; foram dadas sugestões ao Ministério Público; sugestões pelos profissionais de saúde e nesses quatro meses acredito que nada andou, “tudo permanece como antes no Quartel de Abrantes”, como diz o jargão popular.

Daqui a dez dias, nós vamos debater a questão do trânsito e, é uma questão que deve ser debatida por esta Casa, pela sociedade, pois o índice de acidente de trânsito no Estado é alarmante. E, temos que debater a questão com profundidade. Mas, dá um desânimo em nós vermos uma questão tão importante como a questão da saúde, que é intrínseca, pelo fato de muitos dos gastos que o Estado tem hoje com a saúde estarem relacionados com a questão do trânsito. Além do debate e do que nós colocamos no papel há quatro meses, temos preocupação também de que essa discussão sobre a questão do trânsito fique só no papel e que avancemos muito pouco nessa questão. Além do abaixo assinado do Deputado Rodrigo e da Proposição que foi feita pedindo que o Governo implante a Escola de Trânsito, que sem dúvida é uma iniciativa extremamente importante, mas é preciso que a gente saia do discurso para a prática, e temos que continuar cobrando do Governo do Estado que é quem tem a maior parte do orçamento e quem deveria ter a iniciativa dessa política de redução dos acidentes de trânsito e da melhoria da questão da saúde em Roraima.

Eu cheguei domingo do sul do Estado, estivemos eu e o Deputado Gabriel visitando São Luiz, Baliza e Caroebe. Para vocês terem uma ideia, do KM 500 para São Luiz que é pouco mais de 50 km, nós gastamos uma hora e quarenta minutos. A estrada está praticamente intráfegável e a gente cobra aqui a melhoria da situação das estradas, a melhoria da situação das ruas em Boa Vista, mas sempre nos deparamos com a questão de que não há dinheiro, como no caso da Prefeitura, ou denúncias de corrupção como no caso do Governo do Estado. Todos os contratos que estavam assinados pelo DENIT, estão sob investigação hoje, e, é por isso que as empresas não estão trabalhando. As máquinas estavam todas paradas nos seus canteiros de obra e esperamos que se dê uma solução para essa questão, caso contrário, sempre terá havendo acidentes de trânsito, pessoas morrendo nas estradas e, também, nas nossas cidades. E, vamos continuar nos lamentando na Assembleia Legislativa, pedindo melhorias, denunciando

esses desmandos e a sociedade continuará sendo penalizada. Concedo um aparte ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Ionilson, ouvir atentamente o seu pronunciamento, mas é preciso colocar que alguns pontos do nosso Simpósio já estão em andamento. Por exemplo, o Governo chamou todos os concursados do concurso realizado em 2007, o que foi uma reivindicação de vários segmentos que compõem a saúde pública de Roraima. Agora, no final do ano, está terminando o contrato com a Cooperativa COOPERBRÁS e está sendo aberta uma licitação para várias cooperativas como é um critério adotado no Amazonas, em São Paulo, no Paraná em que as cooperativas funcionam por especialidade, o que irá facilitar para o cidadão que precisa da emergência e da urgência. O processo seletivo que era uma reivindicação pela falta de funcionários, depois que todos os funcionários foram chamados, foi feito para atender a demanda, para melhorar a qualidade de atendimento na área de saúde pública, com o acordo que no próximo ano se realize um novo concurso para atender a demanda. Já começou a construção do Hospital das Clínicas na Zona Leste da nossa Capital com 25 leitos de UTI e uma nova maternidade para atender a demanda daquela região e, no próximo ano, deve entrar em funcionamento. Esta sendo feita uma reforma na Unidade de Saúde do Cosme e Silva. Enfim, várias reivindicações daquele Simpósio já foram atendidas e, é bom para o povo de Roraima, pois vários problemas da saúde foram debatidos na Casa do povo que é a Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado **Ionilson** continua – Obrigado Deputado Joaquim, mas essas iniciativas são muito incipientes ainda, porque quando se chamou para debater a questão da saúde aqui, a crise era praticamente inadmissível. Tinha havido uma operação da Polícia Federal, tinham prendido gente na secretaria por desvios de recursos, enfim, uma confusão total. Independente de ter tido debate ou não, o Governo precisava fazer alguma coisa porque não dava para permanecer da maneira como estava. E, eu sei que Vossa Excelência é um Deputado que vai muito ao interior, vá no Caroebe, vá no Entre Rios para verificar que as unidades estão fechadas e não é falta de dinheiro, porque o Governo tem um orçamento considerável e poderia reabrir aquelas unidades, pois todas as unidades do interior estão praticamente sem atuação, o que acaba sobrecarregando o Hospital Santo Antônio e o HGR e não se consegue uma solução para isso.

A questão do concurso público precisa ser implementada, pois fixando o profissional no interior com salário digno você começa a ter uma nova realidade. Não adianta fazer uma unidade lá no Pintolândia, porque se não reestruturar as unidades do interior do Estado e se não mudar essa pactuação e essa política que tem sido implementada, irão continuar sobrecarregadas as unidades da capital.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** - Deputado Ionilson, na realidade essa situação dos interiores eu já venho relatando desde quando se municipalizou a saúde. Ao se municipalizar a saúde, passaram os ONUS, mas não passaram o Bônus para o interior e, em contrapartida, isso nós não vamos conseguir mudar se não mudarmos o sistema único de saúde, porque é bonito a municipalização para São Paulo, Diadema, ABC, São Caetano, São José, Campinas, que têm orçamento, diferente da municipalização da saúde aqui, principalmente nos municípios da Amazônia onde as dificuldades são imensas, os Prefeitos o que recebem não é insuficiente para que esses possam administrar bem e, em contrapartida, sobrecarrega tanto o município da Capital, como o Estado. Nós precisamos encontrar uma solução para essa questão. Hoje estamos pensando em editar uma nova lei para que tenhamos um fundo especificamente para a saúde, para não acontecer como aconteceu com a CPMF destinada à saúde e que no final apenas 30% era aplicado e o restante desviado para outros fins. Então, não vamos conseguir resolver esse problema construindo hospital. Temos que melhorar essa situação precária desse sistema. O Governo do Estado, por outro lado, não pode, assim como o Prefeito da Capital, intervir nos municípios do interior, o que ele pode fazer é compactuar, fornecer o pessoal para trabalhar no interior através de concurso público aqui no Estado, mas aí, as pessoas fazem o concurso para Caroebe, Uiramutã, São João da Baliza, e seis meses depois estão todos aqui na capital, conseguem não sei com quem essa transferência, e nós, às vezes, somos responsáveis por isso, e o que é pior, se o gestor chega lá, como está fazendo o Leocádio, e pede para que o cidadão volte para o local onde fez o concurso, ele entra na justiça, e a justiça manda ele ficar aqui na capital. Infelizmente a situação da nossa saúde é complicada. Nós precisamos sentar para resolver essa questão. Tivemos um movimento que foi feito aqui, onde somente dois Prefeitos do interior

estiveram presentes, se tivéssemos feito uma festa, todos estavam aqui, e olha que eles são os principais interessados.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. Obrigado Deputado Célio, está aí, o motivo do meu pronunciamento hoje, chamar a atenção exatamente para essa questão, pra a gente vir para cá e debater a questão do trânsito, pois há esse desinteresse por parte dos órgãos governamentais, do governo, dos gestores municipais. Enfim, temos que sair do discurso para a prática, para que a gente possa debater a questão do trânsito e outras questões com mais ênfase, cobrando soluções do poder público. Obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estou aqui com uma indicação minha, pedindo o apoio de todos os Senhores para a criação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Roraima. Por que o curso de medicina? Agora mesmo a Universidade fez concurso para professores na área da saúde, enfermagem, biologia e três professores da UNICAMP de São Paulo passaram nesse concurso, se nós pegarmos esses três professores que têm pós-graduação, ou Doutorado, e pegarmos 5 médicos do Governo do Estado que também têm Doutorado, nós poderemos começar o nosso curso de Medicina na Universidade Estadual, que poderá ser no início do que o curso de medicina da Universidade Federal. O governo do Estado pode adotar o mesmo sistema que é adotado pela Universidade do Amazonas, onde 50% das vagas são específicas para os alunos da rede pública do interior do Estado. Eu tive a oportunidade, visitando a universidade do Amazonas, de conhecer uma índia de São Gabriel da Cachoeira que está fazendo curso de medicina em Manaus e que ao terminar seu curso voltará para lá, porque tem contrato com o Governo do Estado para cumprir, e o governo exige que esse pessoal do interior passe no mínimo dois anos na localidade de sua origem. Ao adotar esse sistema aqui, se resolve o problema da falta de médico no interior de Roraima, sem inventar roda. Seria de fundamental importância nós criarmos o curso de Medicina e exigirmos que se aumente o investimento na educação, e extinguirmos alguns cursos que não fazem mais sentido. No Paraná, que é um grande Estado exportador, só há três cursos de comércio exterior e, só temos um aqui, e somos o Estado que menos exporta no país. Então, não justifica um curso de comércio exterior em Roraima, não justifica um curso de Administração na Universidade Estadual, porque em todas as universidades particulares e na Universidade Federal há o curso de Administração. O que nós precisamos é priorizar os investimentos em educação no Estado para atender a demanda do nosso mercado de trabalho, e o curso que tem maior demanda é o curso de Medicina. Quantos filhos de roraimense estão estudando fora, o pai pagando o que não pode, se endividando para que o filho se forme em medicina em outros lugares do Brasil, e não só em Manaus, mas em outros lugares do nosso país. Então, esses pontos precisam ser revistos e estou entrando com essa Emenda porque é um trabalho que venho fazendo lá na Universidade do Amazonas, verificando como funciona, como é que fizeram o curso, qual o benefício para o pessoal do interior para que a gente tenha médicos em nossos hospitais lá no Caroebe, como o Deputado Ionilson falou, lá em Entre Rios, Rorainópolis, para que possamos iniciar um trabalho de saúde preventiva, pois isso sim traz resultados.

Outro problema que hoje coloco aqui é a situação econômica mundial. Vocês podem me perguntar: O que nós aqui em Roraima temos haver com a situação econômica? Muito! Para os Senhores terem uma ideia, esse mês a queda do FPE, que é o maior recurso que entra no Estado de Roraima, será de 20 milhões de reais, é uma queda extremamente acentuada na receita do Estado de Roraima. O que se precisa fazer aqui, é se antecipar a essa crise e evitar o custeio do Estado. Nós já provamos aqui nesta Casa um aumento significativo do custeio para o próximo exercício, um aumento significativo no custeio da máquina administrativa para o próximo exercício. É preciso que tenhamos muita cautela para que amanhã não possa faltar mais recursos para a saúde, para a educação, que tanto se coloca e cobra aqui na Tribuna desta Casa. Então, faço esse alerta para todas as instituições do nosso Estado, pois aqui na nossa Casa, no Judiciário, no Ministério Público e no próprio Governo do Estado. Estamos entrando numa crise por causa da queda de receita, o Estado esse mês já deixa de arrecadar o FPE que é sua maior fonte, em média 20 milhões de reais. Isso não é brincadeira, o nosso orçamento está extremamente curto. É preciso que a gente comece a se preparar, a reduzir custeio para que sobre dinheiro para investimentos na educação, na saúde, isso é investimento, agora continuar criando cargos, isso sim, aumenta o custeio da máquina pública. Nós precisamos refletir muito sobre como

agir nessa crise que nós estamos entrando aqui no Estado. Toda vez que nós passamos por uma crise mundial que afeta o Brasil. Os Estados que ganham são os grandes Estados produtores, porque o governo federal repassa a carga tributária, reduz o ICMS para os equipamentos brancos: geladeira, fogão e quem ganha com isso muito dinheiro são os grandes Estados produtores desse país, e a grande maioria dos Estados que não são produtores perdem bastante, principalmente, os Estados exportadores de minério, como é o caso do Pará, do Amazonas, por causa do pólo industrial que concorre e faz uma concorrência ingrata com as grandes indústrias do sul do país. Então, a Amazônia de modo geral acaba saindo extremamente prejudicada nesse processo perverso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Joaquim, quero me somar a Vossa Excelência com relação à importância que trazer esse curso de medicina para a UERR, e estender alguns cursos ao interior do Estado que não são oferecidos. Entendo essa questão da falta de planejamento. Temos, hoje, por exemplo, na UERR, um curso chamado Bacharel em Segurança Pública, que foi um investimento enorme na época em que foi implantado, e o curso continua, mas sem direcionamento. A própria segurança pública não valoriza as pessoas que fizeram esse curso, ou seja, parece-me que alguém levou uma boa ideia bem formatada no papel, e por questão de vaidade colocar o curso na universidade sem fazer um estudo de mercado. Vossa Excelência tem bastante razão quando fala da necessidade do curso de Medicina na Universidade Estadual para realmente atender a demanda por esses profissionais no Estado. Precisamos, através de uma parceria, que esses formandos de medicina fiquem realmente em nosso Estado e no interior atendendo o povo que precisa. Vossa Excelência está de parabéns e quero me somar ao Senhor nessa proposição.

Quero manifestar a minha preocupação quanto a essa questão da crise mundial. Sabemos que ela está aí, é noticiado nos meios de comunicação que o Governo Federal está cortado gastos, abrindo mão de arrecadar IPI, e isso prejudica os Estados, as prefeituras. Em Roraima nós sabemos dessa dependência econômica nacional. É preciso estarmos todos os dias orando para o Brasil viver melhor economicamente, ter um FPM razoável para que possa cumprir a folha de pagamento e alguns investimentos. É triste o cenário que o Estado de Roraima vive por depender do Governo Federal no tocante a receita. Também me preocupa, Deputado, e a pouco eu coloquei a necessidade de revermos nossos discursos, porque esses discursos chegam no final do ano quando se está discutindo a lei orçamentária e passa a ser uma carta na manga do governo para não discutir aumento e nem salários para os servidores. Já vi esse filme umas três vezes na última década, chaga novembro, dezembro e nada, e daí a importância que a pouco falamos, das entidades sindicais, de montarmos um curso de formação e capacitação em orçamento público, junto a liderança sindical dos servidores para que possamos discutir essa perca de receita de maneira aberta. O Senhor Secretário de Planejamento chega e passa informações, mas não abre as contas do governo para demonstrar. Então, nós queremos pedir seu apoio, pois existe a crise, mas o governo precisa demonstrar os dados, vir a esta Casa e não deixar isso transparecer como se fosse álibi do governo não querer discutir reajuste para os servidores no ano que vem.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Senhor Presidente, a última colocação que faço hoje, é sobre a situação dos pequenos agricultores. Deputado Chicão, Vossa Excelência que é oriundo lá do Município de Alto Alegre, como a Aurelina é de Mucajaí, a Ângela de Caracará, e outros, sabe que existe uma dívida na Agência de Fomento que ultrapassa sete milhões de reais. Hoje, de todos aqueles planos que existiram, Plano Cruzado, Collor, projetos esses de 12, 13, 20 anos atrás. O que é necessário a gente fazer, Deputada Aurelina? Vou fazer uma indicação ao Governador, que é o acionista majoritário da Agência de Fomento, que resolva esse problema, porque o que se observa no interior é um agricultor já aposentado, na faixa dos seus 70 anos de idade, com o nome sujo por causa de um problema que ocorreu há 20, 22 anos, que já até prescreveu, mas a família não pode melhorar a sua qualidade de vida devido aquele plano, aqueles projetos lançados em governos há 15,16 anos atrás, e esses são problemas que existem e nós temos que ter a coragem de encarar. Isso não vai criar nenhuma dificuldade no caixa do Estado, porque são recursos que não vão mais entrar no cofre, na receita do Estado, nem na Agência de Fomento.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, Vossa excelência está colocando uma situação com muita propriedade, muito importante. A gente vem lutando com isso desde a época que deram perdão para as casas do Caçari, para quem poderia pagar, para várias outras dívidas e somente o produtor

rural ficou penalizado. A gente é testemunha que os nossos produtores, se o Governo fizer qualquer programa de microcrédito hoje, a grande maioria não entra porque, por exemplo, conheço produtor que há 20 anos comprou uma vaca e deve 30 mil reais porque a correção monetária do Governo Collor nunca foi retirada. Há uns três anos atrás veio um projeto para cá, mas foi um projeto que não resolveu esse problema, não retirou a correção monetária, fizeram um parcelamento para um produtorzinho pequeno que ficou com a chance de pagar, durante dois anos, mil reais por mês, um senhor que não tem uma renda nem de 50 reais. Então, foi uma proposta que não deu resultado. Esses dias eu conversei com o grupo do Governo para buscar uma solução, e o Vice-Governador disse que já estava levantando essa situação, por isso, acho bem vinda a sua proposta para nos unirmos e encaminharmos um documento, para que possamos retirar dos produtores rurais a bendita correção monetária, para que eles possam pagar o capital que foi dado a eles. É uma proposta bem vinda.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Mas podemos, Deputada, adotar aquele sistema que o governo Federal adotou. Você tira todas as correções, pois o que mata é a correção monetária, e se for até 12 mil reais, isenta, não precisa pagar mais nada. Então, encerro pedindo o apoio de todos a essa indicação, pois ela não será do Deputado Joaquim, mas de todos. Estamos fazendo um estudo há mais de três meses com técnicos da SEPLAN, com técnicos da Agência de Fomento e eu vou trazer essa indicação para a Casa, para colher a assinatura de todos aqueles Deputados e, tenho certeza que, a grande maioria tem interesse em resolver esse problema do nosso Estado que beneficia os pequeninhos, porque os grandes já foram beneficiados através de incentivos do Governo Federal e aqueles que dependiam do Governo Estadual foram extremamente prejudicados. Vamos fazer essa correção, estamos terminando esse trabalho com essa equipe técnica e vou trazer aqui para a Casa para que a gente faça uma indicação assinada por todos, para que não haja nenhuma estrela, mas que seja em benefício dos nossos pequenos agricultores. Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Vossa Excelência me traz uma recordação, quando Vossa Excelência era Presidente da CODESAIMA bateu o pé firmemente contra a extinção do órgão e mostrou a viabilidade da CODESAIMA aos interesses do Estado de Roraima e hoje, isso é um fato, e na Agência de Fomento com essa brilhante ideia de Vossa Excelência não será diferente.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, bom-dia a todos, em nome do meu ex-professor, Procurador Tone Costa, e aos demais presentes. O Deputado **Joaquim Ruiz**, hoje, falou de um tema interessante que é a educação. O Deputado **Ionilson Sampaio** falou sobre a saúde, outro tema relevante e eu queria fazer apenas uma observação sobre o discurso do Deputado **Ionilson Sampaio**, pois concordo com ele. Na primeira Audiência Pública no Simpósio de Saúde eu sempre falei o seguinte: “nós devemos fazer sim esses eventos, mas sairmos daqui com propostas, algo concreto”. Está vindo mais um simpósio muito importante que envolverá tudo, o trânsito, a saúde e a educação. Para se ter benefício na saúde, a redução dos acidentes, o primordial chama-se educação. Eu espero que as autoridades que vão participar desse evento reflitam a respeito disso. Hoje, o Deputado **Rodrigo Jucá** anunciou um projeto aqui e eu concordo com ele, já havia um parecido com esse. Mas com certeza, haverá uma nova discussão a respeito desse bonito projeto. Entretanto, já vou logo de antemão informar a Vossa Excelência que eu acho que devemos nos unir para que ele tenha um efeito maior. Nas próximas audiências vou trazer uns números mais exatos para questionarmos e, se for o caso, debatermos com o nosso chefe do Executivo, para que o efeito seja maior, porque a situação é grave. Vamos apresentar, quem sabe no simpósio de trânsito, o efeito desse projeto. Pode contar com o meu apoio e, com certeza, com o dos demais colegas também. Faço uso desta tribuna para falar sobre a educação, pois no mês de setembro comemora-se 102 anos da implantação do sistema do ensino técnico profissionalizante no país. No início, dizia-se, talvez, uma das frases mais infelizes que eu já ouvi durante toda a minha vida, eu tenho até a felicidade de nem recordar o nome da pessoa que teve a infelicidade de citar que o ensino técnico profissionalizante seria para os filhos dos trabalhadores aprenderem a fazer e não a saber. E hoje, tenho a felicidade de ainda como um cidadão comum, como representante do povo, dizer que procurei junto com lideranças dos bairros Cidade Satélite, do Jôquei Clube e do Santa Tereza, o Governador à época, então candidato a reeleição e eu, esse jovem Deputado também,

para fazer uma reivindicação a respeito da ampliação do Centro Profissionalizante Antônio Pinho, localizado no bairro Caraná, e naquela época, o Governador Anchieta se comprometeu a construir mais um centro profissionalizante, que está em fase de construção próximo a Rodoviária Internacional de Boa Vista. Vou me antecipar a um projeto que ainda está em elaboração juntamente com o nosso Secretário Legislativo, que se chama o Bolsa Técnica, que visa uma readequação de um projeto que é tão cobrado aqui pela oposição, que é um programa do Governo chamado Bolsa Universitária. Esse projeto Bolsa Universitária encontra-se em estudo devido à falta de recursos para a aplicação desse programa, mas há um compromisso do Governo de que esse programa vai voltar no final do ano a ser realizado e, eu tenho pressa nesse projeto, contudo quero fazer um projeto para que ele realmente possa passar pela nossa Comissão de Constituição e Justiça, e possa ser aprovada a readequação desse programa. Roraima, hoje, vive uma política voltada a um ensino superior e é fato nós não temos mercado de trabalho suficiente para isso e, ao mesmo tempo, nós temos dificuldade em encontrar profissionais técnicos. O meu projeto Bolsa Técnica é para que seja feita uma redistribuição de recurso para o ensino técnico, pois os centros profissionalizantes não comportam a demanda que esse Estado precisa e não é só aqui não, no interior do Estado também. Muitos moradores do Sul do Estado estão me ouvindo agora através da rádio, e essa notícia vai para eles também. Eu já conversei com o Governador a respeito desse projeto. O que seria o Bolsa Técnica? Ao invés de pagar uma universidade, pagar 50% de cursos técnicos, o Estado faria uma parceria com o SENAI, com o SENAC, com esses centros formadores de técnicos de enfermagem. Esse é o projeto que será lançado ainda nesse ano, e há um compromisso do Executivo para a sua aprovação. E, eu conto com o apoio dos demais colegas.

Temos projetos importantes, devemos colocar essa pauta em funcionamento, ela está trancada e há muita gente esperando que os projetos que estão parados possam ser apreciados por esta Casa.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Ângela A. Portella** – É louvável a sua iniciativa tanto quanto a iniciativa do Deputado **Rodrigo Jucá** que também apresentou o projeto Bolsa Atletas. Existe a necessidade de aplicar recursos na educação, no esporte, dar oportunidade aos jovens, fazer com que essas pessoas tenham realmente perspectiva de um olhar diferenciado, oportunidade de emprego e a capacitação é muito importante. Nós estamos aqui para nos empenharmos para que, realmente, esse seu sonho que é comungado por todos os jovens se torne realidade. Eu tenho certeza que o Senhor tem o apoio dos seus Pares. Nós vamos também estar sensibilizando o Poder Executivo, os Secretários para que haja celeridade quanto a esse projeto. O próprio programa estagiário pode ser melhor avaliado fazendo com que haja condicionalidade na aplicação dos recursos, uma vez que, o estagiário, às vezes, fica subutilizado nos órgãos públicos e poderia utilizar esse tempo para realmente aprender uma profissão. Existe sim por parte de algumas correntes da educação essa má interpretação de que a escola técnica é a escola de pobre, para pobre e, realmente, devemos refutar essa ideia. As pessoas precisam estar capacitadas, até porque quem tem um curso técnico pode pagar para ter a sua graduação superior, com dignidade acima de tudo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** continua – A respeito do Estágio Remunerado, outro programa social do Governo, essa conversa eu não tive com o Governador e sim a com a Primeira Dama, e levei até ela esse problema da aplicação do estágio. Você coloca um jovem do terceiro ano do ensino médio, que é o ano mais puxado, a revisão de tudo, a preparação para ele entrar numa universidade, numa secretaria, sendo que, o que estagiário precisa é ter um aprendizado. Por essa razão, também outro projeto meu está em fase de elaboração, porque apesar de ter assessores jurídicos, de ser advogado, eu faço questão de participar ativamente desses projetos, projeto chamado a empresa amiga do estudante, para que o Estado possa custear um estagiário e incentivar o empresário a contratar um outro, seria uma das soluções. A Secretaria enviaria ao Executivo a sua demanda e o que for excedente seria partilhado com a iniciativa privada como uma maneira de incentivar, porque além de ele realmente exercer uma função, ter uma experiência profissional, pode correr o risco de ser contratado, efetivado na empresa. Esse projeto será aplicado apenas aos jovens do 1º e 2º ano, e serão excluídos os do 3º ano. Os do 3º ano precisam estar na sala de aula e tem que haver parceria para que ele faça um curso

preparatório para o seu ingresso na Universidade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda a Constituição nº 04/11, que “ dá nova redação ao artigo 20 D, acrescenta e altera parágrafos ao artigo 101 A, à Constituição Estadual, e dá outras providências”, de autoria governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que preceda à leitura da matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu gostaria de ter uma cópia das emendas ao projeto feitas pela Comissão Especial.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito a Assessoria Legislativa que providencie cópia ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem ao Plenário para continuarmos com a Ordem do Dia, senão, teremos que encerrar a Sessão por falta de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Parecer da Comissão Especial Externa e Emendas.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Peço a assessoria que atenda a Questão de Ordem do Deputado Sampaio, dando a ele cópia da matéria com as emendas.

Convido os Senhores Deputados para que tomem assento ao Plenário. A matéria da Ordem do Dia necessita de 3/5 da presença dos Senhores Deputados. Convido os Senhores Deputados para que venham ao Plenário.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, ainda na discussão da matéria, quero pedir a Vossa Excelência que, de acordo com o artigo 224 do regimento interno, ou 228, não me lembro agora, o Doutor João me desse o artigo certo, bem como o adiamento da discussão para que a gente possa transferir a votação para amanhã.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Atendendo a Questão de Ordem do Deputado **Jalser Renier**, a discussão será adiada até a sessão de amanhã. Esse adiamento de discussão será somente até amanhã.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Em primeiro lugar, gostaria de dizer as razões da comissão e eu, como relator, o Chagas como Presidente da Comissão, nós votamos as emendas, mas por entender e depois ser convencido de que isso é matéria de Lei Complementar, que não deve permanecer essas questões na Constituição do nosso Estado, por isso que nós estamos sugerindo que quando entrar em pauta, rejeitassem essas duas emendas em Plenário, e como não teve quorum suficiente para votarmos hoje, e em virtude do pedido de adiamento do Deputado **Jalser Renier**, nós aguardamos para quando ela entrar novamente em discussão, para darmos maiores explicações a respeito das emendas.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Gostaria de requerer a Presidência e a Consultoria Técnica desta Casa, pois existem pouquíssimos Deputados de resolução e nós estamos em plena terça-feira, não votarmos essa matéria, pois no painel do Plenário constam 21 presentes e só existe pouco menos 16 Deputados na Casa.

Então, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que fosse aplicada a resolução de número 24, que aprovamos nesta Casa, onde dos Deputados faltosos, com os rigores desta Casa, sejam descontados dos seus proventos a falta, porque não é concebível se trancar uma pauta durante cinco sessões.

Peço a Vossa Excelência que aplique a resolução de número 24 que foi aprovada nesta Casa, que estabelece que os Deputados que não estiverem em Sessão, não justificarem suas faltas e não estiverem de resolução, tenham os seus vencimentos abatidos conforme preceitua a resolução aprovada nesta Casa por unanimidade dos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, com relação à PEC, quero me posicionar. Temos 21 Deputados com presença registrada em painel e 18 em Plenário, e temos quorum suficiente para votar, o que está faltando é a gente ter a coragem de colocar em votação. Eu pedi cópia agora desse projeto, porque realmente cada dia há um entendimento diferente, entendo que cabe sim nós tratarmos da dedicação exclusiva na Constituição, temos tratado de coisas bem menos

importante que isso aqui, e esse é o meu entendimento mas, ninguém é obrigado a concordar comigo, só acho que a gente não pode mais adiar a votação. Estou preocupado se realmente a base governista já tem um entendimento sobre essa matéria, até porque os três Deputados que estão faltando hoje, **Brito Bezerra, Flamarion Portela e Sargento Damosiel**, são de oposição e estão de resolução. Então, o único Deputado de oposição que está no Plenário sou eu, e todos os Senhores sabem qual é o meu posicionamento, devemos colocar a dedicação exclusiva na Constituição e não podemos permitir que os Procuradores continuem advogando por uma resolução do Procurador Geral. Eu acho que não estão querendo discutir e colocar uma Lei Complementar para não enfrentar essa questão. O governo está procurando um meio termo para remediar essa questão, mas os procuradores continuam advogando e, logo em seguida, se nós não tratarmos dessa questão de dedicação exclusiva, estarei representando todos os Procuradores no Ministério Público. Eu estive lá pessoalmente e constatei que eles estão advogando, estão exercendo atividade ilegal. Eu entendo que o servidor público só pode fazer aquilo que está em lei. Se não está em lei e nem na constituição de forma alguma, o direito dos procuradores de advogar é ilegal, e está aqui a resolução do dia 02 de junho de 2009, do Procurador Chagas Batista, autorizando os procuradores a advogar.

Eu acho que não podemos nos furtar de tratar dessa matéria, ou a gente legaliza para que eles possam advogar, ou veta, mas não podemos continuar empurrando isso com a barriga. É esse o meu posicionamento, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, o que eu queria abordar era no momento de discussão, não era propriamente em explicações pessoais.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – A matéria foi lida na íntegra juntamente com suas emendas, bem como o pedido de adiamento de discussão do Deputado **Jalser Renier**. Ela entra em pauta no dia de amanhã para sua discussão e votação, contudo a matéria já foi lida, inclusive, Deputado **Soldado Sampaio**, esse pedido de adiamento de discussão por parte do Deputado **Jalser Renier** vai oportunizar Vossa Excelência a ter acesso a essas emendas, até para um debate, uma discussão com uma maior amplitude.

Existe uma Resolução da Mesa, e solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Resolução que promulga a seguinte Resolução: Fica criada a Comissão Especial Externa para que, nos termos do artigo 269 e 271 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 18 e 33 da Constituição do Estado, possa analisar e opinar sobre a indicação do nome do Senhor Stélio Denner de Souza Cruz para o cargo de Defensor Público da Defensoria Pública do Estado de Roraima, sabatiná-lo conforme mensagem governamental nº 039/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lida Resolução.

O Senhor Deputado Joaquim **Ruiz** – Pede questão de Ordem – Senhor Presidente, estamos dando uma comenda ao CTG que é mais do que justa. Eu tinha feito uma proposição e não sei como é que ela anda na Casa. Quero aproveitar para lembrá-lo do aniversário da SUFRAMA que foi a instituição federal que mais investiu recursos no Estado de Roraima, diferente de qualquer outro tipo de Ministério. Então, quero pedir também, que fosse colocado na comenda o Superintendente Flávio Grosso, representando a instituição aqui em Roraima. Eu gostaria de saber como é que anda isso aí. Vamos agora dar essa comenda ao CTG e poderíamos aproveitar e dar a comenda a SUFRAMA no seu mês de aniversário.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Sem dúvida nenhuma será acatado o requerimento de Vossa Excelência.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 14, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanel, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Romero Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 14/09/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

